



ATA Nº 1/2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas da Senhora Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues dias e do Senhor Deputado João Luís Bispo Mota Bogalho, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 6/2013 referente à sessão ordinária de 30 de novembro. -----

----- Aprovada a ata n.º 6/2013 por maioria dos presentes, com 28 votos a favor e 2 abstenções (30 presenças). -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Informou que relativamente à Moção em Defesa dos Oncológicos constante da correspondência lida, não obstante ter a sua total solidariedade em termos pessoais, entendeu que a Câmara Municipal de Elvas não tem a legitimidade necessária para



pedir que em Assembleia Municipal se vote a dita moção e que por essa razão a mesma aparece apenas na correspondência para conhecimento. -----

----- Deu também conhecimento da deliberação da mesa que em face da posição tomada pelo Deputado Rui Miguel da Costa e Silva de não integrar o Grupo Municipal do Partido Socialista ser-lhe-á atribuído o tempo de intervenção de quatro minutos, sendo este tempo acrescido ao tempo total de intervenção, sem prejuízo de ninguém. -

----- Apresentou depois a Moção do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária para Assinatura de acordo coletivo de entidade coletiva pública (ACEP) para a fixação de horário de trabalho de 35 horas no Município de Rio Maior e passou a palavra ao 1º secretário para a leitura da mesma (anexo 3). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João -----

----- Deputada Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa -----

----- Deputado Luis Alberto Santos Tirano Ferreira -----

----- Deputada Inês Guerra Vargas -----

----- Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- A presente intervenção foi transcrita na íntegra de acordo com a intervenção escrita do próprio, a pedido dos serviços, por não ser audível na gravação da sessão. -

----- “Antes de mais, é para mim fundamental começar por dizer que a presente intervenção não deve ser entendida como uma crítica a qualquer executivo municipal que exerce ou exerceu funções no nosso concelho. Nada disso. Está intervenção é um voto de alerta que eu, como jovem, como pai, como autarca mas principalmente como riomaiorense tenho o dever de formular. E se tenho o especial dever de o fazer por ser autarca, acho que - por serem também autarcas - é dever dos presentes escutar. -----

----- O tema que hoje trago corre o risco de ser tão rapidamente ignorado como se se tratasse de uma frase que tantas vezes repetida perde significado, porque já ninguém a ouve. Venho falar daquele que é, provavelmente, o riomaiorense mais conhecido em todo o mundo. Não foi um desportista, não foi um político nem estrela de cinema ou celebridade da cultura pop. Foi um poeta. No único país do mundo cujo herói nacional é um poeta, devemos orgulhar-nos por ter tido entre nós um poeta da craveira de Ruy Belo, nascido e sepultado no nosso concelho. Muita gente não sabe mas os mais entendidos na literatura portuguesa dizem que Ruy Belo é o mais importante poeta português da segunda metade do século XX, tal como Fernando Pessoa o foi na primeira metade. Eu não sou um especialista mas quando temos orgulho na nossa terra e nos feitos dos nossos conterrâneos, estas informações não nos passam ao lado. Tal como não me passa ao lado que em 1991 Ruy Belo foi condecorado com o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada. Fora do nosso concelho há ruas e escolas com o seu nome. Há teses de doutoramento e mestrado sobre Ruy Belo. E eu pergunto-vos: continuaremos a ser os pais desleixados de um filho ilustre ou abraçamos de uma vez por todas este património que, sendo nosso, é mais reconhecido noutras paragens? -----

----- A Junta de Freguesia de São João adquiriu recentemente a casa onde nasceu e viveu o poeta. O sonho de a transformar em casa-museu ou residência de escritores não pode morrer. O premio Ruy Belo não pode continuar a ter dotações orçamentais simbólicas ou simplesmente não existir. Não é difícil encontrar as parcerias para o ressuscitar e dar-lhe a dignidade que um prémio literário. E é preciso dá-lo a conhecer aos riomaiorenses, principais herdeiros do poeta, que tão pouco dele sabem. -----



----- A opção é nossa. Pela minha parte não deixarei que ninguém se esqueça deste ilustre conterrâneo.” -----

----- **Deputada Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se, como representante da Assembleia Municipal no ACES, pelo empenho e interesse que a Presidente da Câmara tem demonstrado com o bem-estar da saúde da população do concelho, cativando e apresentando incentivos para encontrar médicos disponíveis para preencher as vagas existentes no centro de saúde. -----

----- De seguida apresentou uma relação de dados referindo que na UCF que trabalha em pleno com seis médicos, seis enfermeiros e respetivos administrativos tudo corre dentro da normalidade enquanto na UCS apenas estão em funções dois médicos, um deles de baixa prolongada, e dois médicos colocados através do contrato com uma empresa que apenas têm uma carga horária a cumprir de três horas semanais, não se cumprindo assim o horário de atendimento que deveria ser das 8 horas às 20 horas durante a semana. -----

----- Por fim disse ainda que sabendo dos contactos mantidos pela Presidente da Câmara com a direção do centro de saúde assim como com a diretora executiva do Agrupamento dos Centros de Saúde da Lezíria e não tendo sido encontrada, em parceria, solução para esta lacuna tão grave a nível regional, seria eminente apresentar a situação em estâncias superiores, ou seja, a nível governamental pois todos os riomaiorenses têm direito a uma cobertura médica digna e sempre que dela tenham necessidade. Acrescentou que não há como esquecer que existem, neste momento, seis mil e quinhentos utentes sem médico de família aos quais acrescem os utentes da médica que se encontra de baixa prolongada, o que resulta em cerca de oito mil utentes sem médico, em especial aqueles que se têm doenças crónicas, que aguardam consultas de continuidade, e os idosos, sem recurso para outro atendimento. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Disse termos assistido à requalificação da cidade e em particular do centro e elogiou o trabalho feito, mas referiu existirem pequenos pormenores que poderão melhorar como a sinalização que considera fundamental em termos de orientação para quem por aqui passa. Afirmou que seria de considerar a colocação de placas



indicativas de forma a resolver esta situação por muitos apontada. Referiu ainda a colocação de um relógio no centro da cidade que pouco funcionou e que no momento desapareceu, questionando se o mesmo está para reparação ou se existiu outra razão para ter sido retirado. Por último referiu que a placa que identifica o local como Praça da Rotunda apenas é visível por se encontra no estabelecimento ali localizado porque não é legível de qualquer outro ponto do local. -----

----- Salientou o facto de existir um novo ginásio perto da Escola Superior de Desporto o que levou a um aumento do movimento no local e que deverá ser equacionada uma solução para garantir a segurança rodoviária com a colocação de uma pequena lombada na passadeira ou outra tecnicamente possível. -----

----- Questionou ainda acerca da situação do encerramento de tribunais e como irá ficar a funcionar a comarca de Rio Maior assim como também em relação ao encerramento das repartições de finanças. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por demonstrar o seu agrado, em nome do executivo da União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz e da população em geral, pelo projeto de remodelação da rede de abastecimento de água da Vila da Marmeleira estar já estar a concurso público. -----

----- De seguida manifestou a preocupação de todos pelo facto de mais uma médica se ter reformado, que era também médica em Assentiz, e revelou que a marcação de consultas para março só poderão ser marcadas no dia 28 de fevereiro, situação que assusta as pessoas em especial os mais idosos e solicitou por isso que a autarquia faça todos os possíveis e o que estiver ao seu alcance para a rápida resolução deste problema. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conta que foi surpreendido por uma mensagem do banco com o qual trabalha a solicitar o contacto urgente devido ao facto de toda a sua correspondência ter sido devolvida. Salientou que o problema da numeração de polícia foi dado como praticamente resolvido na última sessão da Assembleia Municipal e que agora foi confrontado com esta situação. Questionou, por isso, qual o real ponto de



situação e quanto tempo mais irão durar estes constrangimentos que considerou não serem admissíveis nos tempos atuais. -----

----- Solicitou ainda esclarecimentos acerca da carta enviada pela EICEL¹⁹²⁰ para estabelecimento de uma parceria com a Câmara Municipal com vista à instalação de um centro de interpretação de património geológico e mineiro, sem custos para a autarquia e que conta com o apoio da Fundação EDP. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à proposta da EICEL para a instalação de um centro de interpretação na Mina do Espadanal que considerou bastante interessante e salientou que a associação tem feito já trabalho voluntário, nomeadamente limpeza daquelas instalações, congratulando-se com a mesma fazendo votos para que seja dada a oportunidade no sentido de mostrar aquilo que é capaz. Disse ainda que a associação tem feito um trabalho de estudo de investigação apreciável sobre o património mineiro riomaiorense, sobre o património geológico e mineiro e desejou que as coisas corram pelo melhor e que essa parceria possa vir a ser estabelecido porque considera que haverá vantagens para as partes e para o concelho de Rio Maior. Lembrou que foi aprovado recentemente um voto de louvor pela Assembleia Municipal reconhecendo o excelente trabalho e o envolvimento das populações que a EICEL tem conseguido e, em sua opinião, esta seria uma boa oportunidade para se começar a recuperar, avaliar e a tentar musealizar aquele património que é uma marca muito importante da história do concelho de Rio Maior onde trabalharam entre seiscentos e setecentos funcionários, residindo em Rio Maior muitos dos seus descendentes. -----

----- De seguida referiu-se à questão do centro de saúde que teve a importante visita do representante político do Bloco de Esquerda porque, em seu entender, qualquer político que se possa deslocar a Rio Maior para ajudar a solucionar estas questões da saúde é salutar. Disse também ele estar chocado com o que se passa no centro de saúde de Rio Maior e que em conversas tidas com funcionários e utentes ficou conhecedor de situações como se passarem dias inteiros sem uma consulta, por vezes só um médico está a atender, a existência de sete mil e quinhentos utentes sem médico de família e ainda o facto de muitas das vezes nem o médico de recurso está presente. Deixou o repto à Câmara Municipal no sentido de que possa convidar o próprio Ministro da Saúde a deslocar-se a Rio Maior para ir visitar o centro de saúde



para ver como está a funcionar e constatar em presença a situação bastante grave que se está a passar. -----

----- Apresentou de seguida uma situação que se arrasta já há vários anos e que tem que ver com o Bairro da Chainça, o maior bairro residencial da cidade de Rio Maior, e o facto de nunca ter tido entradas dignas desse nome. Questionou especialmente em relação à entrada principal que é uma entrada muito perigosa, sem passeios em nenhum dos lados, a entrada é bastante exígua e curta pondo em risco a segurança de quem ali circula. Reconheceu ser uma época difícil em termos financeiros e que a intervenção a nível de execução não é fácil devido aos constrangimentos da construção no local mas gostaria de deixar o repto para que a Câmara Municipal logo que possível possa intervir naquela entrada no sentido de se construir passeios de ambos os lados e dar alguma dignidade à entrada naquele bairro. -----

----- Referiu também que na antiga Estrada Nacional 1, na zona sul do concelho de Rio Maior, especificamente na estrada que vai em direção a Quebradas e que dá ligação ao concelho da Azambuja, se verifica que é preciso tratar das bermas, que há arbustos que entram quase dentro da faixa de rodagem e que embora não haja ali muita circulação a situação é perigosa e deixou, por isso, um repto para que quem de direito e quem superintende naquela via rodoviária possa ali fazer uma intervenção e uma limpeza da berma. -----

----- Congratulou-se com a recente classificação da Villa Romana e questionou o que é que foi feito em matéria de promoção, projeção e conservação da mesma nos últimos quatro anos e o que é que se prevê fazer depois desta classificação e nos próximos tempos. -----

----- Questionou acerca das comemorações do 25 de Abril de 1974 e o que é que a Câmara está a pensar fazer para os festejos deste ano, se já está concebido o programa. -----

----- Relativamente à transferência de verbas do município para as juntas de freguesia e à aplicação da lei agora em vigor disse que gostaria de saber se já há algum plano definido e qual o manual de procedimentos que a Câmara Municipal vai seguir em matéria de afectação de verbas para as freguesias, salientando que a Freguesia de Rio Maior tem um peso enorme e que certamente irá levar uma grande parte das verbas e, nesse sentido, disse que gostaria de saber como é que a Câmara está a pensar fazer essa afectação de verbas. -----



----- Por último fez referência ao facto de ter recebido uma carta da Assembleia Municipal de Rio Maior que estranhamente tem o carimbo dos CTT de Santarém e que em face disso gostaria de saber porque é que isso acontece. -----

----- **Deputado Luis Alberto Santos Tirano Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que foi com enorme prazer que soube de algumas notícias que espera que venham a beneficiar o concelho como a deslocação a Rio Maior do Presidente da Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo ao abrigo de uma estratégia de conhecer para agir e que, conjuntamente com técnicos, visitou todo o concelho e teve contactos com empresários da zona ligados ao setor e acrescentou que, em seu entender, estas sinergias só podem correr bem porque quem está no terreno é conhece efetivamente a realidade. -----

----- Congratulou-se também pela classificação da Villa Romana e que este acontecimento se consiga interligar com a ação da visita que referiu anteriormente e que finalmente as ruínas tragam para Rio Maior algum interesse turístico, que sejam visitadas e que através do programa do “Produto Ribatejo” seja mais um motivo de atração para o concelho. -----

----- Referiu ainda, com agrado, a reestruturação do fundo social que se traduz num apoio financeiro, sem juros, durante quatro anos para as instituições, nomeadamente as IPSS, que podem concorrer até quinhentos mil euros para fundo maneio e outras ações em que possam necessitar de verba. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao Conselho Municipal da Juventude que infelizmente nunca funcionou em pleno já que as reuniões nunca se realizavam por falta quórum. Disse que, em sua opinião, é essencial que possa haver um local formal onde os jovens possam discutir os seus ideais e as suas opiniões em prol do concelho e que se, infelizmente, este até agora não teve grande sucesso felizmente vão aparecendo provas que Rio Maior é um concelho com jovens interessados, dinâmicos e trabalhadores e considerou que o Conselho Municipal da Juventude é a oportunidade desses mesmos jovens poderem contribuir para o futuro do seu concelho. Questionou, por isso, quais as perspetivas futuras em relação ao Conselho Municipal da Juventude



e no caso de serem favoráveis o que se ambiciona mudar para que as reuniões finalmente se realizem. -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que é do conhecimento público que decorreu o prazo de candidaturas a apoios à melhoria das condições habitacionais para estratos sociais desfavorecidos que a câmara municipal vai conceder em 2014, e considerou que se trata de um programa importante numa altura de crise agravada em que muitas famílias necessitadas não têm as verbas necessárias para garantir segurança e habitações condignas, tal como a Constituição da República o prevê. Continuou dizendo que o programa de apoio contempla obras de reparação, construção e melhoria das condições de segurança de habitações podendo este revestir a forma de subsídio pecuniário a fundo perdido, disponibilização de materiais de construção ou de mão-de-obra especializada ou isenção de taxas municipais. Referiu que para o ano de 2014 ficou prevista em orçamento a verba de dez mil euros para este programa e questionou se as candidaturas recebidas foram viáveis, se o apoio foi atribuído e se houve grande adesão da parte dos jovens a este apoio. -----

----- Endereçou ainda os parabéns à Presidente da Câmara pelo lugar que agora ocupa no Conselho Nacional do Desporto depois de em 2013 ter sido já escolhida para integrar a Comissão Executiva de Gestão dos Centros de Alto Rendimento Desportivo da Fundação Desporto e que como única representante dos municípios no conselho passa a desempenhar mais um cargo de elevada competência e que, em sua opinião, o desempenhará da melhor forma como tem feito nas estruturas de desporto nacional. Acrescentou que este é mais um reconhecimento do Governo do excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal e pela Desmor, EEM no âmbito da atividade desportiva e no apoio do desporto nacional. -----

----- Concluiu ainda dizendo que tem as mesmas dúvidas que a Deputada Municipal Inês Guerra Vargas em relação ao Conselho Municipal da Juventude referindo que teve a oportunidade de fazer parte da sua constituição no anterior mandato esclarecendo que se tentou por diversas vezes que funcionasse e que nunca foi aprovado o regulamento. Questionou, por isso, se será possível continuar com as propostas que foram feitas na altura nomeadamente a intenção de publicitar aquele conselho para que não estivessem apenas presentes as entidades que o regulamento prevê com direito a voto mas que pudessem estar presentes todos os jovens que



tivessem interesse e que os mesmos pudessem apresentar propostas. Continuou dizendo que se achou que a melhor forma de cativar os jovens seria a deslocalização do mesmo, realizando-se em todo o concelho. Terminou dizendo que o regulamento deve ser apresentado o quanto antes, de preferência na primeira sessão do conselho, questionando se as propostas que foram incluídas, como a limitação da idade, poderão ainda ser consideradas. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que no passado mês de dezembro integrou uma delegação da Coligação Democrática Unitária que visitou o Serviço de Finanças de Rio Maior na companhia do Vice-Presidente da Assembleia da República, o Deputado do Partido Comunista Português, Dr. António Filipe, com o objetivo de averiguar a veracidade das notícias publicadas sobre o encerramento desse serviço. Referiu que o Diretor Regional de Santarém também esteve presente e quando confrontado diretamente acerca desse encerramento respondeu evasivamente e que não tinha nenhum conhecimento oficial da situação, dizendo, no entanto, que os serviços estão cada vez mais especializados e que para uma maior eficiência e eficácia seria necessário ganhar escala. Questionou, por isso, o que é que a Câmara Municipal sabe em relação a esta situação, se está a fazer alguma coisa em relação a isso e aquilo que tencionam fazer para que não sejamos surpreendidos com a notícia de encerramento secção de finanças de Rio Maior ou de que esta se transformou numa secção de tesouraria e cobrança de impostos. -----

----- Terminou solicitando que fosse dada informação acerca da pergunta feita na última sessão da Assembleia Municipal em relação à necessidade do plano de sinalização informativa na cidade e no concelho para que os visitantes se possam orientar. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Deu conta que a Câmara Municipal de Rio Maior, o Instituto de Segurança Social e o Centro de Educação Especial “O Ninho” assinaram o Contrato Local de Desenvolvimento Social + (CLDS+) de Rio Maior que tem como finalidade promover a inclusão social dos cidadãos através de ações que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, o combate das situações críticas de pobreza, especialmente a



pobreza infantil, o combate à exclusão social e contribuir para a implementação de medidas que promovam a inclusão ativa de pessoas com deficiência e incapacidade. Acrescentou que este contrato é válido por vinte e quatro meses e resulta do apoio do Município de Rio Maior a uma candidatura do Centro de Educação Especial “O Ninho” que será a entidade coordenadora e responsável pela gestão de mais de trezentos e quarenta mil euros de financiamento e pela implementação de diversas ações a executar. Congratulou, por isso, a duas entidades pela assinatura deste contrato que tantos benefícios pode trazer em áreas tão sensíveis da comunidade. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Retomou duas questões que abordou na última sessão da Assembleia Municipal, que considera importantes, no intuito de saber se já houve desenvolvimentos relativamente às mesmas. -----

----- Em primeiro lugar referiu-se ao próximo quadro de financiamento europeu de 2014/2020 tendo em conta que o Estado Português já entregou em Bruxelas o acordo de parceria e que este quadro estratégico comum tem já as suas dimensões temáticas e territoriais conhecidas. Questionou se no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), que irá contratualizar com os programas operacionais os fundos comunitários, no caso concreto com o programa operacional do Alentejo, existe já alguma informação de como é que se vai processar toda a contratualização e também qual é a estratégia do município, inserido na CIMLT, tendo em conta que os programas operacionais temáticos são a competitividade e a internacionalização, a inclusão social e emprego, o capital humano, a sustentabilidade e a eficiência de recursos. Saliu que não há nenhuma opção estratégica completamente definida por parte do Governo no acordo de parceria, que, em seu entender, não foi suficientemente debatido a nível nacional quando é sabido que se trata da última grande oportunidade, em termos de financiamento comunitário, para o país e nomeadamente para os municípios e, sendo a grande preocupação a realidade concelhia e regional, interrogou se o município já tem alguma estratégia e se existem mais algumas informações visto estarmos já em 2014 e pouco se conhecer relativamente a estas questões estratégicas. Questionou ainda, dado os programas temáticos serem aqueles que referiu e que vão ter, e essa é uma opção que lhe parece consensual, uma grande interação com o tecido produtivo, económico e empresarial, se a Câmara Municipal tem alguma ideia de começar desde já a



proporcionar àqueles queiram começar de alguma forma a preparar projetos para estas linhas de financiamento, algum apoio nesse sentido e a forma de o fazer. -----

----- Em segundo lugar referiu-se à aplicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ou seja, os acordos de execução com as juntas de freguesia. Disse saber que já foram feitos contactos e reuniões com as juntas, e que gostaria de saber qual o ponto de situação e quais os próximos passos tendo em conta que o prazo de aplicação é de cento e oitenta dias após a tomada de posse. Referindo-se ainda a outra dimensão desta lei, a delegação de competências ou a transferência de competências para a CIMLT, se já houve alguns desenvolvimentos relativamente a esta nova consagração de transferência de competências das Câmaras Municipais para as Comunidades Intermunicipais que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro prevê. -----

----- Em terceiro lugar sublinhou o que tem vindo a acontecer com as populações de menor dimensão populacional no nosso país e a um movimento que tem sido contínuo de deixar as populações que têm menor dimensão populacional para trás. Considerou que o Estado tem vindo a abandonar as populações mais desfavorecidas, as mais envelhecidas e as que se encontram em territórios mais deslocados dos centros de decisão. Acrescentou que, a seu ver, esta não é uma questão partidária é uma questão que tem a ver com um modelo de desenvolvimento em que, ou se opta por um modelo de desenvolvimento em que não se quer deixar ninguém para trás, em que se aposta nas pessoas, ou se opta por um modelo de desenvolvimento em que os factores económicos e financeiros são os mais importantes. Salientou vários dos momentos deste processo como a extinção das freguesias, o encerramento das estações dos CTT, o encerramento dos postos de saúde e da escassez de valências dos centros de saúde, o encerramento dos tribunais, o encerramento de escolas e das repartições de finanças e considerou que esta é a realidade que se passa pelo país e afirmou que nos órgãos representativos das populações, como as assembleias municipais, há que dizer que, e no entender do Grupo Municipal do Partido Socialista, esta não é a política que deve ser seguida e que não deve ser o fator económico que deve dominar a ação política mas sim o melhorar a vida das populações não deixando ninguém para trás. Por fim, e sendo esta uma questão que também afeta o concelho de Rio Maior, questionou, sabendo que não se trata de uma competência do executivo camarário, o que é que tem sido feito junto da administração regional de saúde para tentar colmatar e modificar este estado de coisas. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Informou que teve oportunidade de estar presente em Aveiro no Congresso de Freguesias em conjunto com o seu colega da Junta de Freguesia da Asseiceira e considera que é seu dever fazer chegar à Assembleia Municipal aquelas que foram as conclusões do mesmo para que todos conheçam esse mesmo texto e pediu ao Presidente da Assembleia Municipal autorização para o mesmo ser enviado via correio eletrónico aos deputados municipais. De seguida leu o documento que constitui o anexo 4 à presente ata. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por enunciar a questão da saúde, questão de extrema importância para todos, dizendo que esta é o bem mais valioso de qualquer ser humano e que com a Constituição do 25 de Abril e a constituição do Serviço Nacional de Saúde os portugueses conseguiram construir um serviço que em algumas áreas foi considerado pela Organização Mundial de Saúde o melhor que havia no planeta, de onde se destacam uns índices baixos de mortalidade infantil e também a melhor relação custo/qualidade de serviço prestado. Continuou dizendo que o que tem vindo a suceder nos últimos anos, como consequência dos governos do Partido Socialista e do PSD/CDS e as políticas externas da União Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu e de todas as políticas neoliberais que defendem o princípio de “quem quer ter saúde paga”, chegamos a esta situação. Continuou dizendo que o que se vê hoje no concelho de Rio Maior no que respeita à saúde, ou falta dos serviços de saúde, é o abandono das extensões rurais que, embora não tenham sido oficialmente encerradas, é como se não existissem; a criação de unidades de saúde que mal funcionam e outras que nem sequer foram criadas; a promessa de colocação de médicos que até há data não estão ainda a trabalhar. Afirmou que aquilo que temos, ao contrário do que tem sido afirmado, é uma pior prestação de serviços e mais utentes sem médico de família, situação agravada pelas aposentações e reformas de médicos, enfermeiros e administrativos sem que haja substituição dos mesmos. Referiu que existem hoje cerca de sete mil e quinhentos utentes, muito em breve perto de dez mil, sem médico de família, salientando que esta é uma situação que tem que mudar pela ação interrogando para onde vai o dinheiro



dos nossos impostos. Disse ainda que como autarcas terão que se perguntar se estarão a fazer tudo o que está ao seu alcance para mudar o estado comatoso a que chegou a prestação dos cuidados de saúde no nosso concelho. Não diminuindo os esforços que têm vindo a ser feitos pela Presidente da Câmara no sentido de resolver a situação, questionou se se estaria a fazer tudo aquilo que é possível para a resolução da situação. Sugeriu, tal como alguém anteriormente, que se convidasse o próprio Ministro da Saúde para visitar os serviços e verificar presencialmente o que se está a passar, como aconteceu já com o Vice-Presidente da Assembleia da República que, acompanhado pelos deputados e vereador da CDU fez uma visita ao centro de saúde onde se depararam com situações caricatas como apenas um médico de cirurgia plástica estava de serviço e que, por razões éticas e deontológicas, deixou de atender casos fora da sua especialidade. Reforçou novamente que esta é uma situação que, independentemente das posições político-partidária, parece preocupar e deixar todos receosos pela situação que se vive no concelho. -----

----- De seguida questionou a Presidente da Câmara em relação às comissões que ainda não reuniram, nomeadamente do desporto e da proteção civil, e para quando se prevê que tal aconteça. -----

----- Por fim, questionou o Presidente da Assembleia Municipal quando se reuniria a Comissão Permanente para atualização do regimento em vigor. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Relativamente à questão colocada acerca da Comissão Permanente disse que iria tentar reuni-la muito brevemente para que se possa discutir a questão da revisão do regimento, entre outros assuntos, até à próxima sessão. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou para salientar a intervenção da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa referindo que era sua convicção que a CDU estava contra a intervenção na saúde pelos grupos privados e contra a escolha de equipas dos grupos privados por este Governo mas que chegou à conclusão que não e que aquilo que os preocupa é o PS. Afirmou que a sua preocupação e do PS é com o Sistema Nacional de Saúde porque está na mão dos grupos privados e o que seria criticável é o lucro dos grupos privados da saúde em detrimento do Sistema Nacional de Saúde e não o Partido Socialista, que inclusive está na génese do modelo de serviço de saúde. -----



----- Questionou o que é que está previsto em relação à comemoração dos quarenta anos do 25 de Abril de 1974 e também acerca do ponto de situação do concurso e obras da loja do cidadão. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Endereçou os parabéns a todos os envolvidos na realização dos eventos da quadra do Natal pelo esforço e organização que demonstraram e pelo sucesso atingido no envolvimento das populações que é de extrema importância, sendo este exemplo do caminho a seguir em todas as áreas. -----

----- Relativamente à Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, relativamente ao horário de trabalho dos funcionários públicos e nomeação de sindicatos nesta referidos disse que bancada da Coligação Juntos pelo Futuro entende é que, em caso algum, se devem usar como arma de arremesso político os postos de trabalho e os trabalhadores, prática atentória da dignidade dos destes. Realçou que estando a lei geral do trabalho em funções públicas em fase de revisão adiada e conclusão, a moção apresentada não fará sentido porque é natural que hajam alterações das quais não se conhece ainda a sua extensão e repercussão sendo qualquer análise afora feita extemporânea. Continuou dizendo que que noção que preside ao serviço público é o serviço ao cidadão e, que nesse sentido, é este que se deve adaptar às necessidades dos cidadãos e não os cidadãos às necessidades do serviço público. Atenda-se ainda que, como é do senso comum, sem cidadãos não há serviço público. Referiu ainda que faz sentido a análise de um acordo coletivo a assinar com todos os sindicatos e não apenas com alguns afastando a ideia de politização dos sindicatos que existem para defender o trabalhador e, consequentemente, o trabalho. Terminou indicando o sentido de voto contra a moção apresentada pela CDU da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro.-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Saúde: Disse ser público que a Câmara Municipal, não só por ter responsabilidade, embora não tenha competência na área, mas também pelas relações de proximidade com quem coordena a unidade que causa problemas, tem feito diligências a nível local, distrital e governamental para a sua resolução embora a resposta que tem vindo a obter é que seriam abertos novamente concursos para fixar médicos para o quadro do centro de saúde Rio Maior, já que os anteriores têm ficado desertos por falta de concorrentes. Referiu que em face disso existe uma empresa que presta serviços e os dois médicos cubanos de que se fala vêm nesse enquadramento. Informou que relativamente à sua vinda tem havido evoluções e que ainda não estão colocados por questões legais e burocráticas, garantido que a Câmara Municipal tudo tem feito para que tal aconteça apresentado incentivos no sentido de criar condições para que os mesmos se pudessem cá estabelecer. Esclareceu ainda que em relação aos utentes sem médico de família são neste momento seis mil e quinhentos porque houve um conjunto de médicos da outra unidade que tinham mil e setecentos utentes nos seus ficheiros que aceitaram receber mais trezentos reduzindo assim essa quantidade. Disse ainda que com a vinda de mais dois médicos o número reduzirá novamente e não sendo a situação ideal irá atenuar esta situação. Acrescentou ainda que aquando da celebração do protocolo com o Centro de Educação Especial “O Ninho” no âmbito das Unidade Móveis de Saúde foram feitas críticas nesse âmbito mas que os dados que as mesmas apresentam contrariam-nas sendo essas unidades um forte apoio nos cuidados a pessoas com diferentes graus de dependência evitando que estas se desloquem ao centro de saúde. Informou que o total de visitas ao domicílio efetuadas num ano por estas unidades foi de sete mil duzentas e oitenta e duas e afirmou que será para continuar sendo que é a Câmara Municipal que suporta os custos dos enfermeiros e do combustível. -----

----- Encerramento da Repartição de Finanças: Informou que o que lhe foi transmitido é que neste momento não há evolução nenhuma e que a Repartição de Finanças de Rio Maior tem um número significativo de funcionários no quadro, que não se prevê encerramento e que alguma situação que possa vir a ser considerada será sempre articulada com o Município. -----



----- Correspondência: Disse tratar-se de uma situação generalizada, que não se entende exatamente porque acontece, e que não tem uma explicação concreta para essas situações. -----

----- EICEL¹⁹²⁰: Informou que em relação ao processo que EICEL levantou à Câmara o Tribunal de Leiria decidiu que não se trata de matéria jurídica e sim de uma decisão política pelo que o detentor do bem é que dispõe quando, como e em que momento deve avançar com a classificação. Disse ainda que como é sabido é prática do executivo municipal estar disponível para todos os cidadãos, debater ideias e resolver problemas e que em face disso não entende algumas das questões que vão aparecendo acerca da EICEL e o estabelecimento da parceria sobre a Mina do Espadanal acrescentando que as parcerias não se estabelecem à revelia de um dos parceiros mas sim com diálogo aberto e franco. Afirmou que quando a EICEL, como já o fez de outras formas e noutros momentos, quiser dialogar com abertura e franqueza sobre este projeto, que o executivo ainda não conhece, haverá toda a disponibilidade para o fazer, como já aconteceu em outras ações e atividades. Salientou ainda que a associação não se pode esquecer que aquele espaço não é sua propriedade é de todos os riomaiorenses e que os legítimos representantes dos interesses dos riomaiorenses são a Câmara e a Assembleia Municipal. -----

----- Limpeza de bermas na antiga EN 1: Informou que a limpeza das bermas foi já efetuada há cerca de um mês. -----

----- Comemorações do 25 de Abril: Deu conhecimento que estas comemorações irão coincidir com a Semana da Juventude, de 21 a 26 de abril. -----

----- Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo: Disse que esta entidade tem feito um esforço grande, no âmbito do projeto “Conhecer para Agir”, de conhecer presencialmente o território que esta entidade abrange para que o trabalho a desenvolver se possa adequar a cada uma das realidades. Agradeceu aos técnicos da Câmara Municipal a organização desta visita de grande importância para o concelho. -

----- Regulamento de Apoio Social à Habitação: Referiu que as candidaturas terminaram ontem e que no presente momento ainda irão ser avaliadas não dispondo ainda dados da quantidade e da natureza das candidaturas apresentadas. -----

----- Quadro Comunitário 2014/2020: Informou que decorreu ontem na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional o primeiro Conselho Regional daquela entidade em que esteve presente o Ministro-adjunto e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e em que o tema abordado foi o novo quadro comunitário.



Referiu que o acordo de parceria apresentado pelo Governo para além dos eixos prioritários já falados referiu-se também ao Investimento Territorial Integrado em que não estando como eixo prioritário mas existirá um conjunto de prioridades que poderão ser acauteladas no âmbito deste acordo e desta promoção intermunicipal, ou seja, não sendo uma tipologia prioritária de investimento poderá ser elegível no programa operacional regional. Salientou que o executivo está a apostar, como sempre, no aproveitamento destes fundos para o bem da região e em particular do município. -----

----- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: Referiu que a situação está em estudo, que dúvidas existem muitas, e que, inclusive, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) marcou já uma sessão para discussão da lei e sua operacionalização. Disse que o processo está a decorrer em colaboração com as juntas de freguesia, no cumprimento da lei, com as orientações que poderão ser recebidas no âmbito da ANMP e que os valores a considerar para as transferências são aqueles que foram contemplados em orçamento para 2014. -----

----- Loja do Cidadão: Referiu que a empreitada a decorrer é da Agência de Modernização Administrativa (AMA), prevendo-se o seu final para março. Deu também conhecimento que foram já iniciadas as negociações com o IRN, que todo o processo está a decorrer e que em finais de março se espera abrir, dependendo também disso dos serviços que irão estar lá colocados. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Conselho Municipal da Juventude: Considera que a política de juventude é feita pelos jovens e com os jovens e que nesse sentido, em reunião havida, convidou todas as associações de jovens do concelho de Rio Maior a participar na organização da Semana da Juventude, convite aceite por grande parte delas e que, neste momento, se encontram a trabalhar em grupos de trabalho. Sendo o seu entendimento que os jovens devem ter uma participação ativa nas atividades que lhes são direcionadas considerou que é de extrema importância o Conselho Municipal da Juventude, não só porque está previsto legalmente mas também pelo envolvimento que permite dos jovens na discussão política e dos interesses do concelho. Lamentando anteriormente nunca ter sido possível concretizar a finalidade do conselho e espera que num novo



início seja possível ter quórum para que se aprove o regulamento e este possa dispor a possibilidade de reunir com os membros presentes. Informou ainda que foram já iniciados os procedimentos para a constituição de um novo conselho, referiu quais as entidades que o integram de acordo com a lei e disse esperar que tenha início o mais breve possível. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Comemorações do 25 de Abril: Informou que o programa e atividades referentes ao 25 de Abril de 1974 estão a ser definidos e organizados e que as comemorações não estão esquecidas pelo executivo municipal. -----

----- Comemorações Poeta Ruy Belo: Disse que se alegra em ver o interesse publicamente assumido da parte do Presidente de Junta nestas comemorações e no Poeta Ruy Belo referindo que havendo vontade de o próprio fazer mais alguma comemoração na freguesia acha muito bem que a Câmara colaborará com o maior prazer dentro das suas possibilidades. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Sinalética informativa e direcional: Disse ser uma preocupação do executivo municipal e que está já adjudicada a uma empresa e que durante os meses de fevereiro e março seja colocada por toda a cidade. -----

----- Relógio: Informou que o mesmo teve que ir para reparação e que em breve será colocado. -----

----- Mina do Espadanal - EICEL¹⁹²⁰: Referiu que a Câmara Municipal chegou a ter um anteprojecto para requalificação e recuperação de toda a Mina do espadanal e zona envolvente que devido a problemas que surgiram com a Parque Escolar não foi possível avançar, no entanto a Câmara tem estudos próprios avançados para remodelação e recuperação do edifício. Disse que se aguardava que chegasse algo de concreto por parte da EICEL¹⁹²⁰ para depois se poder analisar e reunir. -----



----- Villa Romana: Informou que foi já realizada uma reunião com um gabinete de projetos no âmbito de um anteprojecto que houve para a recuperação da zona ribeirinha onde se voltou a falar sobre a hipótese da requalificação da zona da Villa Romana e zona envolvente. -----

----- Passadeiras: Deu conhecimento que em relação à passadeira onde se deu o acidente, já está adjudicada a colocação de outro tipo de sinalética, embora seja evidente que não são os sinais que irão resolver o problema mas sim o civismo, educação e bom senso. -----

----- Obras Rio Maior/Asseiceira/Quebradas – IC 2: Informou que a obra do troço entre Rio Maior/Asseiceira/Quebradas terá início na próxima semana e que grande parte da vegetação já foi cortada. -----

----- Revisão do Plano Diretor Municipal: Deu conhecimento que a Planta da Reserva Agrícola Bruta já foi entregue na Direção Regional de Agricultura e Pescas da Lezíria e Vale do Tejo e que está em fase de estudo preliminar e que em relação à Reserva Ecológica Bruta irá realizar-se uma reunião para entrega informal da mesma para análise. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse que não é seu costume fazer intervenções mas que quanto ao Ruy Belo já fez várias nesta assembleia em particular no anterior mandato, mas considera que Ruy Belo não tem sido devidamente aproveitado por Rio Maior e não bastam comemorações nem placards, é preciso muito mais que isso, já que há um aproveitamento que pode ser feito ao nível económico que não temos sabido coletivamente fazer e era importante que todos colaborassem nisso. -----

----- Anunciou que seria agora votada a moção apresentada. -----

----- **Moção do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária – Assinatura de acordo coletivo de entidade coletiva pública (ACEP) para a fixação de horário de trabalho de 35 horas no Município de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **rejeitada por maioria** dos presentes, com 9 votos a favor, 18 votos contra e 2 abstenções (29 presenças). -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório de Gestão do 1º Semestre de 2013 – LT SRU, EM** -----

----- **Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal 2014 – CIMLT** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----



----- **Atividade Municipal** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Em relação ao relatório de gestão questionou o porquê do lapso de tempo já que o mesmo se refere ao 1º semestre de 2013. -----

----- Relativamente à assunção de compromissos solicitou esclarecimentos acerca da verba para o CEFA e se não existe formação gratuita para os municípios. -----

----- Quanto à atividade municipal solicitou esclarecimentos acerca de: legalização de imóvel, receção de uma delegação de empresários, entrega da RAN Bruta no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, reunião com a Sibelco, ponto da situação com os CTT, Natal na cidade, Colónia Balnear da Nazaré, Modernização Administrativa, delegação e transferência de competências e dívida a fornecedores, informação que poderá ser remetida por escrito. Ainda em relação aos processos em tribunal solicitou esclarecimentos acerca da participação criminal no processo 369/10.6 - TARMR, danificação de via no domínio público e acerca da processo 1203/12.0, que afirmou também poderem ser fornecidos por escrito. -----

----- Por último referiu-se à atividade do cineteatro questionando qual é efetivamente a política cultural deste município e se é de facto que está transcrita no parágrafo final do relatório da atividade municipal. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Interveio apenas para dar oportunidade à Presidente da Câmara para responder a uma pergunta que não respondeu anteriormente, certamente por lapso, e considerando que neste ponto está para conhecimento o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 da CIMLT, que teve a oportunidade de discutir no âmbito da Assembleia Intermunicipal e onde uma das grandes prioridades é a contratualização com o Programa Operacional Regional do Alentejo, questionou novamente se no âmbito dessa contratualização, numa dimensão mais local, a Câmara Municipal tem ou não a ideia de apoiar o tecido empresarial e a economia local, de forma a terem acesso a esses fundos que são vitais para o desenvolvimento económico do nosso concelho. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Disse que em face da extensa lista de questões colocadas, àquelas que não conseguir dar resposta enviará por escrito os esclarecimentos solicitados. -----

----- Esclareceu que em relação à formação profissional os cursos do CEFA não tem quaisquer encargos para o município e o valor apresentado refere-se às candidaturas que são feitas em que o município avança o valor e posteriormente é reembolsado. ----

----- Quanto à delegação de empresários disse que esta foi recebida foi no âmbito da ação da NERSANT, com quem a Câmara tem vindo a trabalhar e que são parceiros no Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior, que a delegação veio à região e ao concelho conhecer um conjunto de empresas e potencialidades e também o complexo desportivo. -----

----- Quanto à Colónia Balnear da Nazaré informou que existe um projeto que já foi desenvolvido no mandato anterior e a intenção clara de avançar com uma candidatura para a requalificação de todo aquele espaço para que seja devolvido a cada um dos vinte e um concelhos que constituem a Assembleia Distrital e às finalidades que teve no passado, sabendo que a concretizar-se essa candidatura a própria Assembleia Distrital tem já os meios financeiros para assegurar a componente nacional. Disse ainda que o orçamento de Estado previa que o património das Assembleias Distritais passasse para o Estado mas que atualmente o atual Secretário de Estado tem vindo a fazer um trabalho em conjunto com os municípios no sentido de que as Assembleias que manifestem intenção de ficar com esse património que o possam fazer. -----

----- Relativamente à questão da Modernização Administrativa informou que foi o Secretário de Estado que veio reunir com os onze municípios que integram a comunidade intermunicipal para explicar o que se pretendia fazer nesse âmbito em que o Município de Rio Maior, até por ir avançar com a loja do cidadão, fica um pouco à margem do que se pretende fazer relativamente aos quiosques do cidadão. -----

----- Relativamente à questão do novo quadro comunitário em que se valoriza a questão do emprego, do empreendedorismo e das empresas disse espera que seja realmente assim que se venha a passar e que no final do mesmo as taxas de execução não sejam tão baixas que depois tenham que ser os municípios a garantir essas mesmas taxas. Disse que no Município de Rio Maior temos um conjunto de parcerias no âmbito do Centro de Negócios e Inovação de apoio às empresas e ao empreendedorismo que obrigatoriamente o farão estar na linha da frente e avançar com um conjunto de projetos e de iniciativas a todos os níveis e em várias áreas de negócio. -----



----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Projeto de Regulamento de atribuição e gestão de habitações sociais em regime de renda apoiada** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Jorge da Silva Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para enumerar algumas situações que podem criar alguns constrangimentos a quem concorrer nomeadamente a alínea que refere que as pessoas as pessoas que vão concorrer não podem ter dívidas, mas estas dívidas podem existir mas a pessoa pode desconhecer a existência dessa dívida pelo não recebimento das notificações devidos aos problemas que têm vindo a ocorrer com a correspondência. Chamou, por isso, à atenção que antes de excluir algum concorrente deve o mesmo ser contactado para regularizarem a situação porque podem desconhecer efetivamente que têm dívidas à Câmara Municipal. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Disse que este projeto de regulamento é um princípio mas é também a radiografia clara da situação degradante a que chegou o nosso país através das políticas de empobrecimento e a desumanização e que são cada vez mais as pessoas e as camadas sociais deixaram de ter condições para substituir uma telha e pior que é ter que pedir para comer. Considerou que este é um pequeno contributo que a CDU apoia mas o que era ideal é que nada disto fosse necessário quarenta anos depois do 25 de Abril e trinta e oito anos depois de governos de direita. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio apenas para deixar uma reflexão que é ser necessário um regulamento para resolver um direito constitucional, que é o direito à habitação própria e aquilo que o constrange é que numa sociedade do século XXI seja necessário este procedimento e que se não fosse por desrespeito dos membros desta assembleia sairia da sala para não votar este assunto. Acrescentou que não se trata do regulamento em si mas sim com o facto de não fazer sentido que se regule aquilo que é um direito e que este é um problema não do executivo municipal mas sim da sociedade. Questionou, no entanto, quantos fogos é que há para atribuir, se estão devolutos, se há levantamento



de famílias em condições de ocupar essas habitações, de forma a perceber qual a exequibilidade da aplicação deste regulamento. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Congratulou-se, em nome do Grupo Municipal da Coligação Juntos pelo Futuro, com a existência deste regulamento porque sempre que há necessidade de atribuição de fundos, ajudas, seja qual a forma de distribuição esta deve ser clara, objetiva e transparente e isso consegue-se através dos regulamentos e por esse facto parece inegável que este e outros regulamentos sejam definidos. Continuou dizendo que após a leitura do regulamento e procura de informações complementares verificou que, de imediato, não existem fogos passíveis de atribuição, salvo um fogo e que para poder ser atribuído necessita de obras de remodelação. Relativamente à matriz de pontuação referiu também que esta carece de ser melhorada já que, a título de exemplo, havendo duas famílias, uma monoparental com um filho e uma nuclear com dois filhos, em situação de pontuação igual o fogo será atribuído à família monoparental, resultando assim a atribuição do fogo à família monoparental com um filho em detrimento da família nuclear com dois filhos, situação que pediu que pudesse vir a ser revista com a maior brevidade. Concluiu dizendo que não obstante as questões que se colocaram e que poderão vir a surgir, é sem dúvida de louvar a existência do regulamento para esta matéria. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que neste momento apenas há, efetivamente, uma habitação no Bairro Social da Asseiceira que depois das obras poderá ser atribuída e que não tem presente o número de famílias informação que fará chegar ao deputado António Manuel da Silva Moreira. Referiu que o ideal seria nem sequer estar a colocar esta matéria a discussão, que não houvesse essa necessidade, mas a verdade é que para atribuir quer subsídios, quer apoios ou outros bens tem que haver critérios e regulamentos que garantam o rigor e a boa gestão e que o que se pretende fazer é exatamente isso. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 1 abstenção (26 presenças). -----

----- **Ponto II – Contratação de empréstimo de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, até ao montante de 900 000,00 euros** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----



----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Relativamente a este assunto, e dado o prazo de pagamento, disse que se assemelha a uma espécie de fundo de maneio e assim sendo gostaria de saber em que é que vai ser gasto concretamente o dinheiro, sendo que já foi dito que uma grande parte será para as freguesias. Continuou dizendo que se for para as freguesias gostaria de obter informação por escrito de quanto é que vai caber a cada uma delas e se essas transferências também incluem a questão da delegação de competências e na atribuição de verbas a que as câmaras estão obrigadas agora, e sempre estiveram, a transferir, assim como gostaria de saber, também por escrito, quais são os critérios que são utilizados na atribuição dessas verbas e quais são os critérios que são utilizados em matéria de delegação de competências, ou seja, concretamente que competências vão ser transferidas para cada uma das freguesias. Terminou dizendo que gostaria também de saber se desta verba algum dinheiro será gasto em despesas com pessoal. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que esta não é a maneira de gerir da CDU mas como é o método de gestão utilizado para fazer face às necessidades de tesouraria indicou o sentido de voto como favorável. Questionou, no entanto, qual a forma como este dinheiro vai ser gasto e em primeiro lugar se este dinheiro se destina às freguesias e ao movimento associativo, de quem tem recebido muitas queixas por haver pagamentos em atraso por parte da câmara. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Prescindiu da intervenção. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Afirmou que efetivamente este empréstimo é para ocorrer às dificuldades de tesouraria nomeadamente para com as juntas de freguesia e com o movimento associativo desportivo, entre outras situações. Quanto à utilização do restante este será gasto com as despesas da câmara e só será utilizado mediante as necessidades, se as houver. -----

----- **Chefe de Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património** -----

----- Informou que o empréstimo de curto prazo é para ocorrer a dificuldades de tesouraria, ou seja, o empréstimo não é consignado a determinada despesa sendo



utilizado caso a receita prevista não seja a que realmente entra em tesouraria e mediante as necessidades do município. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Em resposta ao Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa acerca da obrigatoriedade das câmaras em delegar competências nas juntas de freguesia disse que tal não é verdade, a lei previa que pudesse haver delegação mas não obrigava e prova disso foi o facto de esta e outras câmaras terem, em determinadas alturas, decidido não o fazer, ao contrário do que a lei agora prevê. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 1 abstenção (29 presenças). -----

----- **Ponto III – Adesão do Município de Rio Maior à ARPV – Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Relativamente ao assunto questionou se os produtores de vinho do nosso concelho foram envolvidos e que é interessante o município aderir a esta associação onde poderá ganhar mais notoriedade. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Disse que a valorização do que temos e do que somos é muito importante e que em alturas difíceis ainda se torna mais necessário valorizar quem produz, apoiando quem cria emprego no concelho e em particular no mundo rural. Acrescentou que a vinicultura tem vindo a desenvolver-se com grande pujança e inegável qualidade no concelho e que os roteiros e as rotas são um caminho para a divulgação, devendo, inclusive, esta forma de ação ser replicada para outros setores de atividade no nosso concelho. Indicou o sentido de voto como favorável e endereçou os parabéns ao executivo pelo trabalho feito. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Congratulou-se com esta adesão porque falta dar um passo substancial naquilo que é o turismo e que leve o concelho além-fronteiras e que o turismo deve ser olhado de forma global pela colaboração entre a Câmara Municipal e a Associação Empresarial. Considera que não pode haver turismo e atração de pessoas a Rio maior sem uma estratégia global com a participação de todas as entidades de influência na



área. Afirmou que está na hora do símbolo e da marca de Rio Maior começarem a ser divulgados por Portugal e além-fronteiras. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Congratulou-se por o Município de Rio Maior participar numa associação que terá uma notoriedade nacional importante e que pode fazer algum efeito nesta área da gastronomia e do turismo e no setor produtivo. Considerou que o vinho não pode ser considerado só um fator de turismo e de gastronomia porque é também um fator de produção de riqueza e que é muito importante ser ressaltada essa situação. Continuou dizendo que a produção de riqueza se faz com produtores e é conhecido o número significativo de produtores de vinho do concelho com alguma notoriedade a nível nacional. Disse ainda que não faz qualquer sentido esta adesão sem contactar os produtores de vinho e que a assembleia está a aprovar um documento que, pelos contactos que fez a produtores de vinho, não é do conhecimento dos produtores, eles que devem ser os verdadeiros dinamizadores desta ação. Continuou dizendo que os sinais das entidades responsáveis devem verificar-se na prática e que a Câmara deve ter em atenção esta situação que diz respeito à produção e ao consumo de produtos do concelho. Endereçou os parabéns ao executivo municipal pela adesão e salientou que não deve ser esquecido que é a iniciativa privada que deve dinamizar e que devem ser contactados e procurados os produtores concelhios quando houver eventos promovidos por entidades públicas e, sem contrariar a lei, privilegiar os produtores de vinho regionais. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que os documentos são bastante explícitos quando dizem que o Município de Rio Maior ao integrar a associação permite que qualquer produtor, qualquer particular ou empresa, possa integrar e que os produtores não foram previamente contactados pelo Município porque se trata de uma fase inicial em que o Município de Rio Maior quer fazer parte dos municípios fundadores de forma a permitir que fique em alguns dos quadros directivos da associação e que numa segunda fase serão então contactados os produtores. Afirmou que é óbvio depois de estar devidamente constituída a rota do vinho serão incluídos os produtores e que o que aqui se trata hoje tem a ver com um trabalho mais vasto que tem vindo a ser desenvolvido, referindo que não é por acaso que foi aprovada em reunião de câmara a participação do município de Rio Maior na Bolsa de Turismo de Lisboa pela primeira vez com stand próprio. Disse ainda que tudo isto se encaixa numa nova dinâmica e reconheceu a importância



do turismo para o concelho, não só como um serviço mas também como um grande promotor da economia local. Saliu ainda que a Associação de Vinhos Portugueses está integrada numa associação a nível da Europa e que a Associação de Rotas de Vinhos de Portugal também, após a sua constituição, irá integrar a Rede de Rotas dos Vinhos Europeus que poderá vir a trazer uma grande dinâmica ao turismo e ao enoturismo no concelho. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu votei este ponto a favor ao analisar este documento acho que tem todas as vantagens, está bem enquadrado, está bem explícito e é de vantagem para o concelho e para todos os produtores. Depois também da explicação do Senhor Vice-Presidente mais reforçou esta situação, portanto eu agradeço, congratulo-me por esta iniciativa e lançava aqui um repto que outras situações do género possam vir a ocorrer para favorecer outros produtores, nomeadamente os de azeite, por exemplo, era bom pensarmos também noutras situações e isto vai, sim, dinamizar o concelho, vai dar a conhecer os nossos produtos e é bom para todos nós e acho que o Município, o nosso Concelho tem a ganhar com estas iniciativas. Portanto, parabéns por esta iniciativa.” --

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2014

para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- O PRESIDENTE DA MESA: _____

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO: _____

----- A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____